

**O MOVIMENTO PELA ESCOLA NOVA EM SANTA CATARINA:  
FORMAÇÃO DOCENTE E MODERNIZAÇÃO DO ENSINO (1930).**

*The New School Movement in Santa Catarina: Teacher Training and Modernization of Teaching (1930).*

*Ticiane Bombassar\**

**RESUMO**

Santa Catarina buscou, a partir da década de 1930, ajustar seu debate pedagógico as discussões sobre escola nova no país. No processo de modernização, foi criado o Departamento de Educação que se dedicou a causa pedagógica da renovação. Agregando importantes intelectuais, o Departamento foi responsável pela criação do evento “Semanas Educacionais”, cujo objetivo era difundir os novos métodos pedagógicos entre os professores que já lecionavam nas escolas primárias. Utilizando-se da dicotomia entre novo e velho, o discurso renovador em Santa Catarina proferia a necessidade de superação do anacronismo da escola tradicional por meio da utilização de novas técnicas de ensino. O movimento renovador no estado catarinense operou a apropriação de alguns dos elementos do movimento nacional, dedicando-se a introduzir as bases científicas na formação de professores com ênfase na mudança do pensamento pedagógico.

**Palavras-Chave:** Semanas Educacionais; Formação de Professores; Intelectuais.

**ABSTRACT**

Santa Catarina, at the decade of 1930, adjusted the pedagogical debate at new school in the country. In the modernization process, the Department of Education was dedicated the cause pedagogical of the renewal. Adding important intellectuals, the Department was responsible for the creation of the event “Educational Weeks”, whose objective was teach the new pedagogical methods to the teachers who already teach in the primary schools. Using the new and old dichotomy, the renovador speech in Santa Catarina pronounced the necessity of overcoming of the anachronism of the traditional school by means of the use of new techniques of education. The renovador movement in the catarinense state operated the appropriation of some of the elements of the national movement, dedicating to introduce it the scientific bases in the formation of professors with emphasis in the change of the pedagogical thought.

**Keywords:** Educational Weeks; Teach School; Intellectuals.

A tentativa de implementar os conclamados “modernos métodos pedagógicos” no Estado de Santa Catarina acompanhou o movimento nacional de disputas em torno do controle do aparelho escolar nos anos de 1930. No cenário brasileiro, emergiram debates acerca das modificações que se deveriam processar no ensino a fim de ajustar o

---

\* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: ticib@bol.com.br.

passo da sociedade brasileira ao rumo das nações civilizadas. Nesse contexto, a atuação do Estado era fundamental para que o projeto de regeneração social fosse executado com eficácia e a escola foi o *locus* privilegiado de ação de um grupo de intelectuais reunidos sob a insígnia “escolanovista”.

Seguindo este enredo, o presente trabalho visa discutir a apropriação do debate do Movimento da Escola Nova pelo Estado de Santa Catarina, a partir da década de 1930. Ainda que afastada do eixo principal de disputas nacionais, Santa Catarina buscou remodelar o sistema de ensino agindo na difusão de um novo pensamento pedagógico, sobretudo, a partir da organização dos eventos de formação continuada para professores das escolas primárias denominados “Semanas Educacionais”.

Pode-se afirmar que importante impulso no sentido da introdução dos métodos orientados no sentido da Escola Nova em Santa Catarina deu-se com a Reforma Trindade, no ano de 1935<sup>1</sup>. Tal reforma do ensino reorganizou o Departamento de Educação do Estado [D.E] tornando-o o centro de deliberações para o campo. Em torno dele se reuniram alguns dos mais importantes intelectuais catarinenses: a direção era composta por Luiz Sanchez Bezerra da Trindade (Diretor), Elpídio Barbosa (Subdiretor Técnico) e João dos Santos Areão (Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização do Ensino).

Ainda que a reforma atingisse as escolas primárias, reformulando sua estrutura e organização, um dos aspectos mais importantes para a concretização do projeto de remodelação do ensino consistia na intervenção nas escolas de formação docente. Em suma, na Escola Normal passariam a ser estudadas:

*[...] as diversas disciplinas concernentes e relacionadas à Pedagogia no sentido da **Escola Nova**. Preparando o professor com uma esmerada cultura e conhecimentos pedagógicos aprofundados, veremos então as nossas escolas irem se renovando no sentido de dar uma educação consentânea às necessidades hodiernas e abandonando uma escola que alfabetizava, mas fazia da criança um autômato passivo e sem personalidade capaz de por si só enfrentar a vida na sua dura realidade.* (Decreto n. 713, de 5 de janeiro de 1935. Grifo meu).

A inclusão dos estudos científicos na formação de professores vinha se processando já nos anos anteriores, mas obtiveram mais ênfase a partir das reformas educacionais pós-revolução. A fé da geração de intelectuais de 1930 no conhecimento científico traduzia o impulso necessário da sociedade brasileira à vanguarda da razão, que não encontraram no irromper republicano, e que urgia ser conquistada pela ação organizada destas elites condutoras. Como no dizer de Le Goff (1996, p.255), o calendário da *intelligentsia*<sup>2</sup> recusava o passado anacrônico, a fim de retirar dele a justificativa da

<sup>1</sup> SANTA CATARINA. Decreto n. 713, de 5 de janeiro de 1935. In: Coleção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1935. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1935.

<sup>2</sup> *Intelligentsia* refere-se a um tratamento específico da categoria “intelectuais”, que define suas atribuições no campo político como uma tarefa especializada desse grupo. Segundo Martins (1987), as condições específicas do país, nos anos 20 a 40, propiciaram o surgimento de uma *intelligentsia* brasileira, à qual se integravam os chamados intelectuais da educação. O termo italiano, de origem russa, originalmente, significava um conjunto de livres pensadores antagonistas do poder do Estado.

reorganização para o progresso. Daquele, evocando os vultos, deste, regozijando-se pelo domínio da possibilidade de intervenção.

E foi na substituição de uma ineficiente “educação tradicional” por uma “escola nova” que aqueles intelectuais do Departamento dedicaram seus esforços e basearam grande parte de sua obra. Os seus discursos enfatizavam a necessidade de superar uma escola que não era eficaz na construção da nova sociedade que vinha sendo concebida pelo novo regime. Sendo assim, buscaram demarcar suas falas na substituição de uma suposta escola tradicional por uma “nova escola”, moderna e renovada. A nova educação, diziam esses intelectuais reformadores, fundaria a escola em sua realidade social, em sua dimensão variável e complexa, abandonando o empirismo que regia os sistemas de administração escolar, e pautando suas ações em embasamentos científicos.

A inovação, assim, impôs uma interessante categoria de delimitação temporal, o passado nocivo *versus* um futuro próspero, em cuja base residia a sanção do ideal de progresso social. O antigo, anacrônico ou extemporâneo, passou a ser uma referência constante a experiências não exitosas e, necessariamente, *do passado*.

### **A Escola Nova que Santa Catarina encontrou: a escola ativa para o progresso**

As análises aqui apresentadas têm por objetivo aprofundar a discussão acerca da difusão do Movimento da Escola Nova no país. Em Santa Catarina, quase nada tem sido produzido acerca do tema, com exceção de menções rápidas a implementação de novos métodos em Santa Catarina<sup>3</sup>.

Para compor as análises aqui apresentadas foram utilizados sete artigos publicados na *Revista de Educação*<sup>4</sup>. O periódico foi publicado bimestralmente entre os anos de 1936 e 1937 pela Interventoria do Estado, sendo definida como um “Órgão do Professorado Catarinense” e tinha por objetivo ser fonte de informações e conhecimentos práticos para orientação e auxílio ao professor. Nele se encontram artigos assinados pelos intelectuais do Departamento<sup>5</sup> que se propunham a divulgar as “Semanas Educacionais” e o frutos colhidos; a difusão dos princípios escolanovistas entre os professores das escolas primárias do Estado.

Tais fontes indicavam que o evento havia tido grande importância e adesão de professores durante o ano em que fora criado, motivando a busca da cobertura local nos jornais das cidades nas quais as sessões das “Semanas Educacionais” eram instaladas. Foram encontrados 24 artigos em jornais locais, dentre os quais 8 eram reportagens de capa<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Exemplo disso é o trabalho de Neide Almeida Fiori, no qual ela registra a evolução do sistema de ensino catarinense, do ano de 1975.

<sup>4</sup> Disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). Mediante pesquisa na Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado de Santa Catarina, foram encontrados cinco exemplares da *Revista*, quatro deles relativos ao ano de 1936 e, um, ao ano de 1937.

<sup>5</sup> Elpídio Barbosa, Subdiretor Técnico do Departamento fazia parte do Corpo Editorial da Revista.

<sup>6</sup> Ao longo do texto, quando forem citados artigos de jornal, serão inseridas todas as informações disponíveis ao lado ou em nota de rodapé para que seja possível a distinção entre os jornais em que os artigos foram publicados. Isso porque, muitos dos artigos possuem o mesmo título, ficando difícil para o leitor compreender a origem do texto se referenciado segundo as normas da ABNT.

Outro periódico consultado como fonte foi a Revista “Estudos Educacionais”, cujos artigos na década de 1940 tornavam públicos os debates realizados no Instituto de Educação da capital. Sob a direção do Professor João Roberto Moreira, a revista trazia artigos de alunos, docentes e autoridades chamadas a palestrar no Curso Normal. Os artigos possuíam um caráter explicativo no que tange às “novas formas de ensinar” e aos conteúdos basilares da formação de professores. Muito se difundia na Revista sobre a influência do Movimento da Escola Nova na superação dos problemas educacionais.

Nesse conjunto de fontes verifica-se que os agentes do discurso reformador declamavam uma dicotomia encerrada em dois tipos de escola, segundo eles, bastante distintos: a escola tradicional e a escola nova. Em crítica flagrante aos métodos e funções que se imputavam à escola tradicional, declaravam a ineficácia do ensino, a apatia provocada nos alunos, assim como, uma incompetência cultivada naqueles que havia de formar<sup>7</sup>. Sobretudo, a escola de outrora não educava para um desenvolvimento autônomo ao término do período de instrução. Argumento este aceito e, por vezes, reproduzido nas páginas dos jornais em todo o Estado:

*Já era tempo de reconhecermos que há grande diversidade entre a vida de ontem e a de hoje, já era tempo de reconhecermos que a civilização evoluiu assustadoramente nestes últimos anos. Não poderíamos deixar que só os métodos de ensino continuassem medievais. Eles se coadunavam muito bem com a época de nossos avós, porém, hoje que a maneira de viver é outra, não poderíamos continuar com a escola tradicional. Si tudo modificou, como poderia o ensino continuar com os seus processos antiquados? Nós estávamos mentindo a criança. Devemos pô-la diante da realidade da vida, devemos mostrar o que é o mundo (sic), não fiquemos só na teoria porque esta de quasi nada nos serve no momento atual. O essencial é a prática, porque sem ela os meninos de hoje serão uns fracassados quando se virem sosinhos na vida. (O LIBERAL, São Francisco do Sul, 1936).*

A superação deste anacronismo e o segredo para o desenvolvimento de uma educação fecunda no Estado de Santa Catarina residiam na divulgação dos princípios da Escola Nova.

Desde o início da década de 1930, com a participação do professor Adriano Mossimann na IV Conferência Nacional de Educação, em que se delineava um projeto educacional para o país, o Estado catarinense vinha abordando o debate da modernização pedagógica e, sobretudo, a necessidade de formar professores mais adequados às demandas do país. Reconhecia-se que professores com uma nova mentalidade deveriam ser formados para que fosse possível forjar novos cidadãos e, por conseguinte, o “homem novo” que o regime de Vargas buscava<sup>8</sup>.

Mossimann voltou da Conferência de 1931 pouco animado com a possibilidade de mudanças, mas com muitas informações acerca da “ciência nova” e ao que ela

<sup>7</sup> Relato feito pela professora Leonor Olivet, sobre a Semana de Educação de São Francisco. In: *Revista de Educação*. Imprensa Oficial do Estado. Fpolis. Ano I, n.4 e 5, jul.-out. de 1936.

<sup>8</sup> Ver BOMBASSARO, 2007.

prometia. Acima de tudo, trazia na bagagem o imperativo da mudança professada na reunião, sem a qual não se poderia construir a nação almejada. Mesmo sem condições imediatas para fazê-lo, o Inspetor declarava que era preciso inserir os modelos pedagógicos mais modernos no Estado, a fim de adequar as escolas catarinenses aos anseios nacionais. A aplicação dos modernos métodos de ensino que estavam em debate no contexto nacional serviria de bálsamo curador às mazelas da educação catarinense, e, desta maneira, adequariam os rumos do Estado ao projeto de reorganização cultural da nação. (MOSSIMANN, 1931).

Mesmo que seu relatório trouxesse inúmeras ressalvas quanto à possibilidade de execução dos princípios da nova pedagogia no Estado, seu contato com os *técnicos* provocou entusiasmo a respeito das possibilidades que a teoria anunciava.

No embalo destas discussões, no ano seguinte, o Diretor do D. E., Luiz Trindade, emitiu a Circular n.32<sup>9</sup>, sugerindo uma coleção de livros publicada por ninguém menos que o expoente “pioneiro” Fernando de Azevedo, contendo títulos sobre estudos de Sociologia e Psicologia, dentre outros dedicados à análise da conjuntura educacional e política brasileiras.

Anunciava-se, pois, a apropriação dos debates realizados no centro da ABE sobre a implantação de um modelo de Escola Nova no Brasil e a chance ainda difusa de executá-la no Estado. Pode-se considerar que a reforma da instrução pública do ano 1935 estivera sob essas influências. A formação docente passara a ter a sua base científica reforçada, tendo por foco a identidade profissional construída com base na especialização para a sua atividade.

A intenção de constituir uma base pedagógica adequada aos novos modelos que vinha se delineando resultou, no ano de 1936, na realização das “Semanas Educacionais” em diversas cidades do Estado. As “Semanas Educacionais”, para tanto, serviram bem ao propósito da doutrinação dos professores do Estado no que tange as novas formas de ensinar. Tais reuniões se constituíam numa

*[...] obra idealizada pelos intelectuais do D. E., [...] instituída como processo de atualização dos professores. Tinham por finalidade fazer conhecidos os novos parâmetros do ensino, segundo as recomendações do Departamento, debatendo as questões pertinentes à prática pedagógica que se delineavam no contexto de reformas do ensino no Estado. A intenção era fazer com que o evento fosse levado ao maior número de cidades catarinenses, mas começaria pelas zonas de colonização estrangeira, além da capital, pois pressupunham a necessidade de normatização mais imediata das escolas dessa região* (BOMBASSARO, 2006, p.20).

As Semanas se tornaram um importante veículo de difusão dos preceitos escolanovistas no estado, sobretudo por atenderem aos professores que já atuavam na

---

<sup>9</sup> SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Circular n. 32, de 26 de setembro de 1935 — recomenda para as bibliotecas dos Grupos Escolares a compra dos livros da Companhia Editora Nacional, sob direção de Fernando de Azevedo — Série III — Atualidades Pedagógicas. Circulares 1930-1941. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

docência nas escolas primárias, e também aos normalistas. Não á toa, a Revista de Educação<sup>10</sup> contou durante os anos em que foi publicada com sete artigos que tinham por objetivo divulgar as “Semanas”.

Promovidas em 6 cidades somente no ano em que foram criadas, as *Semanas* foram pensadas pelos dirigentes do Departamento para serem ampliadas a fim de atender ao maior número de professores possível. No ano de 1937, João dos Santos Areão, em Relatório ao Ministério da Educação e Saúde Pública, reiterava a importância de existir uma subvenção do órgão para divulgar tal obra, pois alegava que as *Semanas* haviam se tornado grande espaço de debates “de tão elevado alcance”, que era indiscutível o potencial que apresentavam para o preparo “do homem que a Pátria requer”<sup>11</sup>. (AREÃO, 1937, s.p).

O comentário de Areão partia do pressuposto de que as *Semanas* se tornariam o lócus privilegiado das discussões sobre a renovação educacional no Estado. Pelo menos, a mais imediata e eficiente naquele momento em que as discussões sobre a Escola Nova ainda eram incipientes. Subjacente àquela certeza de Areão estava o fato de que, mais que uma obra para professores, o evento havia se tornado o grande espaço de protagonismo dos educadores que compunham a direção do Departamento de Educação.

O evento tinha por objetivo instituir uma nova cultura pedagógica entre os professores, reafirmar a missão republicana deste professor, comprometendo-o ao projeto político do Estado, e pondo em suas mãos a responsabilidade pela criação dos novos homens de que o Brasil necessitava. Criadas para “uniformizar os processos de ensino”, as *Semanas* buscaram difundir alguns conceitos-chave do debate sobre a Escola Nova no Brasil, agrupando-os sobre o rótulo de “modernos métodos de ensino”.

Os intelectuais catarinenses que dirigiam o Departamento de Educação e eram responsáveis pela criação das “Semanas Educacionais”, enfatizavam a necessidade de superar uma escola que não era eficaz na construção de uma nova sociedade, que vinha sendo concebida pelo novo regime. Afirmavam que a “educação tradicional”, praticada há muito nas escolas catarinenses, havia incutido uma inabilidade social que comprometia a vida do educando. O ensino era um processo enfadonho, sem ânimo, de repetição e memorização, que não facilitava a aprendizagem. Sendo assim, buscaram demarcar suas falas sobre a substituição de uma suposta escola tradicional por uma “nova escola”, moderna e renovada. Renovação que se apresentava nos discursos proferidos durante as *Semanas* como a adoção de um certo conjunto de métodos de ensino que prometia a preparação para a vida e para o trabalho.

Os intelectuais dedicaram-se, assim, a divulgação de um aparato metodológico

---

<sup>10</sup> A *Revista de Educação* foi publicada bimestralmente entre os anos de 1936 e 1937 pela Interventoria do Estado, sendo definida como um “Órgão do Professorado Catarinense”. Mediante pesquisa na Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado de Santa Catarina, foram encontrados cinco exemplares da *Revista*, quatro deles relativos ao ano de 1936 e, um, ao ano de 1937. O periódico tinha por objetivo ser fonte de informações e conhecimentos práticos para orientação e auxílio ao professor. Disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

<sup>11</sup> Areão jamais recebeu resposta sobre o subsídio, mas ainda assim considerava a necessidade de continuar a realizar as *Semanas*, haja vista que, em seu julgamento, havia se tornado imprescindível “para a mais pronta divulgação do plano educacional e pelo elevado efeito moral que produz”, alegando que era necessário continuar “com a obra iniciada, muito embora com grande sacrifício dos que a ela se entregam”. (AREÃO, 1937, s.p.).

reunido sob a denominação de “Escola Ativa”. O termo passou a significar, nos debates promovidos entre os professores e os intelectuais do Estado, uma transformação na prática docente, cujo princípio da atividade discente seria o eixo central. A “escola de ação”, ou de “atividade”, consistiria na versão catarinense do movimento renovador e dos ensinamentos da Escola Nova.

*Como afirmou o professor Luiz Sanchez Bezerra da Trindade, em sua palestra sobre as novas diretrizes da educação, não importa a expressão que se dê, ao grande surto educacional que se vem desenvolvendo. O que se faz mistér saber é que não existe novidade mais velha que a da “Escola Nova”. Entretanto, o que interessa nesse momento é a exposição de novas tendências e correntes da educação de hoje, — do que se deve ter como novo em nossos dias. O que aliás, não deixa de ser justificável é que jamais houve movimento renovador tão surpreendente e sólido no âmbito educacional. (Revista de Educação. n. 7, jan-fev. de 1937. p.2).*

Criaram, assim, um ambiente em que os professores solicitariam seus recursos na solução de problemas, apresentando durante sessões das *Semanas* seus planos de ensino e tendo-os debatidos pelos colegas e pelos profissionais do Departamento. As “falhas” eram posteriormente retificadas pelas “aulas-modelo” aplicadas aos professores para que corrigissem sua prática. Não eram, porém, problemas de imprecisão no conteúdo que ensinavam, mas no instrumento didático utilizado para transmitir o conhecimento, e na própria concepção que tinham dos fins educacionais. Precisavam incutir nos professores uma concepção de que a educação possuía um fim social de criação de uma sociedade democrática, por meio da hierarquia das capacidades.

Mas, propiciar um ensino com base no “interesse” das crianças era o que melhor traduzia a “nova pedagogia”. Desta forma, os ensinamentos das *Semanas* concentraram-se nos aspectos didáticos, focalizando em métodos de ensino que visavam a divulgar uma dinâmica escolar “mais ativa” e atraente para os alunos. Não á toa, Trindade, Barbosa e Areão justificavam suas apropriações citando os pioneiros:

*A escola, di-lo Fernando de Azevedo, deve dar ao aluno o gôsto e a vontade de afirmar-se, pelo trabalho a consciência da necessidade, da unidade e da constância do esforço; o sentimento da dignidade e da beleza do trabalho e a disciplina da ativa (sic) cooperativa, da solidariedade de ação orientada para um fim determinado. O professor deve ser mais do que um mestre, um despertador de interêsse e de energia, um criador de alegria pelo trabalho, um estimulador de atividades adormecidas, uma força viva, que domina os alunos colaborando com êles, orientando suas tendências pessoais e tirando partido de seus próprios defeitos para a expressão original de seu pensamento. (BARBOSA, 1940, s.p).*

Ainda, reafirmavam a crítica à obsolescência da velha escola, que não dava conta das demandas da nova conjuntura social e política.

*A escola antiquada, de character austero, com programmas difinidos dentro de borarios, de rigida disciplina, destoante aos impetos naturaes da creança, com o mestre-escola carrancudo e soberanamente*

*trepado no rígido alicerce do “tens de aprender”, desaparecerá ante a alegre e productiva escola nova, na qual, a iniciativa e a oportunidade, a estima recíproca e a actividade, não imperar harmoniosamente.* (SEMANA DE EDUCAÇÃO. O Progresso. Brusque, 31 out. 1936).

A escola precisava ser transformada em seu interior, em seu modelo pedagógico predominante e até mesmo em seu aspecto físico. Criar-se-ia uma escola mais adequada ao espírito racional e moderno que transparecia na participação de todos os sujeitos escolares.

Como declarado pelos movimentos nacionais, a sociedade brasileira entrara numa corrida pela estruturação de uma organização social, baseada no princípio urbano-industrial, refletindo a crescente racionalização das formas produtivas. Sobretudo, era preciso criar um novo cidadão que pudesse se inserir nessa dinâmica laboral, porém, num conceito mais alargado em relação aos limites da fábrica, e, por isso:

*[...] o alvo do controle a ser atingido era mais do que o trabalho; visava-se a ação humana, a atividade humana em geral, posto que se pretendia atingir um campo mais largo do que o trabalho (produtivo), afim de que o princípio educativo a guiar a escola fosse exatamente não o trabalho (produtivo, à moda do marxismo), mas a atividade humana controlada (internalizada pelo próprio indivíduo), ou seja, a atividade inteligente, racional, fundamentalmente apoiada na ciência psicológica. Porque o que estava em disputa era mais do que o atingimento de altos graus de eficiência do trabalho; a finalidade principal era a conquista/amoldamento da alma humana.* (CARVALHO, 1999, prefácio).

Nessa empreitada de construir um “homem novo”, os conhecimentos produzidos por vários campos científicos foram chamados a auxiliar os educadores, fundamentando suas práticas e propiciando uma larga justificativa para seus instrumentos metodológicos. Isso, porque, a nova escola

*[...] deveria assumir um “caráter biológico” capaz de desprender-se dos interesses de classe, aos quais estava submetida a “educação tradicional”, centrando-se no direito de todo indivíduo ser educado “até onde lhe permitam suas aptidões naturais, independentemente das razões de ordem econômica e social”. “A feição mais humana” e a verdadeira função social da “educação nova” seria empreender uma “hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”.* (PAGNI, 2000, p.111).

Proposta de tamanha pretensão exigia um grande número de teóricos chamados a auxiliar a implementação dessa “nova educação”, que não era fenômeno originalmente brasileiro, mas se processava nos países de primeiro mundo, sob o mesmo estigma de educação renovada.

Educação nova, ou escola nova, significou muitas coisas e bastante distintas, entre o que se pode averiguar nos trabalhos de historiografia a respeito do tema. O próprio grupo defensor da renovação educacional brasileira não era homogêneo. Contava com distintas divisões internas que se reuniam em torno da construção dos fins educacionais, mas divergiam nas propostas de execução do plano nacional de educação.

Objetivo comum, a expansão das reformas do ensino foi o ponto-chave de divulgação das novas teses, cujas promessas baseavam-se na superação de um ensino verbalista por um processo educativo mais “ativo” e destinado a moldar os cidadãos, de acordo com aquilo que dele, agora, esperava-se.

Contudo, Escola Nova como conjunto de teses renovadoras, para os intelectuais brasileiros envolvidos com a sua realização, significava mais que isso, pois incluía:

*[...] uma concepção geral de educação, e do papel da educação intencional, realizada pelas instituições escolares, diretamente mantidas pelo Estado ou, por este assistidas ou controladas. Não é apenas um conceito didático, mas um conceito social. (LOURENÇO FILHO, 1978, p.61).*

Em Santa Catarina, porém, tal debate não estava posto. O sentido que os educadores do Departamento atribuíram aos conceitos que foram apropriados do Movimento da Escola Nova no Brasil ignorava a dimensão filosófica da pedagogia nova. Implantado por técnicos que não possuíam grande interlocução teórica com os debates nacionais, os princípios que foram vistos no Estado revelavam a implementação de modelos estritamente didáticos, configurando uma apropriação pontual daquilo que se discutia nacionalmente.

Os “educadores profissionais”<sup>12</sup> catarinenses proclamaram-se capazes de reformar a escola implementando uma pedagogia moderna adequada aos rumos da nação, operavam uma assimilação de conceitos-chave provenientes da Escola Nova, sobretudo, naquilo que o movimento poderia auxiliar a organização da escola. Trouxeram aos professores os conceitos de “escola ativa” e de “centros de interesse”, dentre outros, que pudessem reformular a prática pedagógica, atualizando-a e, supostamente, distanciando-a da velha escola, recentemente alvo de tantas críticas.

A fim de construir um espaço de divulgação das novas idéias, os dirigentes do D. E. propuseram as *Semanas* como forma de aproximação dos docentes que há muito haviam egressado dos cursos de formação inicial. Como uma espécie de projeto de formação continuada, aqueles técnicos traziam aos professores as mais atuais “receitas didáticas”, exemplificadas em suas aulas-modelo e discussões sobre os planos de ensino que aqueles traziam o evento. Engendraram-se as relações entre eles e os professores pautadas no discurso de comprometimento que estes últimos deveriam ter com o projeto político do novo governo.

A construção de um cidadão brasileiro adequado a trilhar os caminhos da modernidade dependia da ação educativa sobre a qual os professores possuíam o domínio, devendo aperfeiçoar-se nas técnicas que aprendiam durante as *Semanas*, a fim de fazer prosperar a escola nova. Até os jornais locais já haviam sido influenciados por esse sentimento de que os professores possuíam uma missão política:

*Durante os dias que passamos em contacto com os paladinos da escola nova, ouvindo lhes os ensinamentos e observando o interesse com que o nosso professorado acompanhava as aulas e*

<sup>12</sup> Miceli (1979).

*palestras pedagógicas, ficamos convencidos de que, hoje em dia, passa no espírito dessa classe abnegada e tão pouco compreendida — o professorado — o desejo confessado de ser ainda mais útil na educação e nacionalização dos nossos pequenos patrióticos. (SEMANA DE EDUCAÇÃO. O Progresso. Brusque, 31 out. 1936).*

Aqueles profissionais constituíam um grupo de grande força política, porém sem grande interlocução acadêmica com o resto do país. Mas, circulavam com a autoridade de quem conhecia de perto os problemas da educação catarinense. Esforçaram-se, pois, por criar uma marca de sua administração à frente do Departamento de Educação do Estado. A aproximação com os docentes operacionalizada pelas Semanas fez com que obtivessem grande adesão a suas propostas. Propunham se tornar mentores daquela geração de professores, colocando-se como almas iluminadas e instruídas no que havia de mais moderno em pedagogia, e referências absolutas quando o assunto era educação.

O comprometimento dos docentes com a nova pedagogia era visto pelos educadores do D.E. como mais um exemplo da eficiência das *Semanas*, pois que nunca havia sido dada aos professores a oportunidade de expor suas dúvidas sobre a prática pedagógica. A tal “escola tradicional” figurava como vilã, pois afirmavam que a antiga dinâmica escolar não favorecia a atividade docente e sua ineficiência evidenciava-se sem que os professores pudessem modificar sua prática. Dessa maneira, para os professores, o evento passou a significar o espaço de veiculação das teorias mais atualizadas. Aos técnicos, por sua vez, as Semanas se transformaram no germe da construção de uma nova perspectiva educacional no Estado.

A “renovação” divulgada pelas *Semanas* era medida em sua eficiência pelos Inspectores Escolares, reafirmando a profunda diferenciação entre as escolas que já tinham contato com as teses educacionais mais atuais:

*Nas minhas viagens durante este mês, além dos Grupos Escolares desta cidade, passei em 14 escolas estaduais e em 8 municipais, podendo verificar que as palestras realizadas na “Semana Educacional”, de Itajaí, tiveram o condão de imprimir no seio do professorado itajaiense, o uso de novas idéias e estímulo, um verdadeiro entusiasmo. Todas as escolas apresentam aspéto bem diferente do de até agora: vasos ou melhor, latinhas e caixinhas (com função de vasos) contendo variadas folhagens, flores e até lindíssimas especimens de parasitas, cujos cuidados estão a cargo dos próprios alunos; quadros, com recortes de revistas e jornais, para o estudo da aritmética, história, etc. dão ás salas de aula um ambiente inteiramente novo para as crianças e impressionam agradavelmente até visitantes, que, logo de entrada, se convencerão de que “a escola vive”. A par do cuidado de enfeitar a sala, há também a preocupação de um asseio correspondente ao aspéto festivo da escola, como ainda ordem na disposição e guarda do material escolar. (PHILLIPPI, P. P. Trecho de um Relatório. Revista de Educação. Florianópolis, n. 4 e 5, jul-out. de 1936).*

Em batalha contra a “escola tradicional” o escolanovismo transformara-se no bálsamo curativo das mazelas enraizadas no declarado obsoleto sistema de ensino catarinense. Mais que isso, o ajuste aos princípios emanados vinha formatar dentro de determinados padrões culturais a forma de agir e pensar de professores e alunos.

Trindade, Areão e Barbosa possuíam a fórmula para a expansão das medidas que consideravam adequadas à reformulação do sistema de ensino catarinense. Criaram, assim, um ambiente em que os professores solicitariam seus recursos na solução de problemas. Os professores, durante sessões das *Semanas*, apresentavam seus planos de ensino e tinham-nos debatidos pelos colegas e pelos profissionais do Departamento. As “falhas” eram posteriormente retificadas pelas “aulas-modelo” aplicadas aos professores para que corrigissem sua prática. Não eram, porém, problemas de imprecisão no conteúdo que ensinavam, mas no instrumento didático utilizado para transmitir o conhecimento, e na própria concepção que tinham dos fins educacionais. Precisavam incutir nos professores uma concepção de que a educação possuía um fim social de criação de uma sociedade democrática, por meio da hierarquia das capacidades.

Os intelectuais catarinenses que, como o que ocorrera no cenário nacional, proclamaram-se capazes de reformar a escola implementando uma pedagogia moderna adequada aos rumos da nação, operaram uma assimilação de conceitos-chave provenientes do Movimento pela Escola Nova, sobretudo, naquilo que o movimento poderia auxiliar a organização da escola.

Desta maneira, embora os termos “escola nova” e “escola ativa” encerrassem uma polissemia difícil de se resolver, tal legenda passaram a significar nos debates educacionais do Estado uma maneira de oferecer as escolas catarinenses o que havia de mais moderno a respeito da renovação educacional, o que significou, na prática, a inserção de um conjunto de métodos que modificavam as formas de ensinar quase que exclusivamente no seu aspecto didático.

Imersos nas políticas geradas sob a insígnia de um Brasil moderno, os métodos e modelos de práticas pedagógicas, forjados a partir de então, eram notas fundamentais da partitura que se criava no Estado. Os pressupostos do movimento da Escola Nova, ou a parcela que dele foi apropriada, passaram a ocupar espaço nas preocupações dos intelectuais do Estado, por representarem a possibilidade de inserção das inovações na escola primária catarinense, respondendo às demandas nacionais.

### Referências

AREÃO, J. dos S. **Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Florianópolis, 1º trimestre de 1937. Mimeo.

BARBOSA, E. **Relatório apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça pelo Diretor Interino do Departamento de Educação**. Florianópolis, 1940. Mimeo.

BOMBASSARO, T. Santa Catarina na IV Conferência Nacional de Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 15, st./dez. 2007. p.138-174.

BOMBASSARO, T. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Educação. **Semanas educacionais** : a arquitetura do poder sob a celebração da didática. Florianópolis, 2006. 128 f. Dissertação(Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

CARVALHO, M. M. C. de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos César de. (Org.) **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 1999.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Fpolis/SC: Ademe, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**. Rio De Janeiro: Melhoramentos, 1978. 271 p. (Biblioteca de Educação).

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: Os intelectuais e a política no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº4. Junho 1987, vol. 2, pp. 165-187.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil 1920-1945**. São Paulo: DIFEL, 1979.

MOSSIMANN, A. **Relatório sobre a IV Conferência Nacional de Educação, apresentado ao excelentíssimo Senhor General PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL, digníssimo Interventor do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1931. Mimeo.

O LIBERAL. São Francisco do Sul (Santa Catarina), 29 ago. 1936.

PAGNI, P. A. **Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. (Coleção Fronteiras da Educação).

PHILLIPPI, P. P. Trecho de um Relatório. **Revista de Educação**. Florianópolis, n. 4 e 5, jul-out. de 1936).

REVISTA DE EDUCAÇÃO, Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado. Ano II, n. 7, jan.-fev. de 1937

SANTA CATARINA. Decreto n. 713, de 5 de janeiro de 1935. In: Coleção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1935. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1935.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Circular n. 32, de 26 de setembro de 1935 — recomenda para as bibliotecas dos Grupos Escolares a compra dos livros da Companhia Editora Nacional, sob direção de Fernando de Azevedo — Série III — Atualidades Pedagógicas. **Circulares 1930-1941**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

SEMANA DE EDUCAÇÃO. **O Progresso**. Brusque, 31 de out. 1936.

Recebido em setembro de 2008

Aprovado em janeiro de 2009